



ARTIGO ORIGINAL

MULHERES ABRIGADAS NA CASA LILÁS
SHELTERED WOMEN IN THE LILAS HOUSE
MUJERES ALBERGADAS EN LA CASA LILÁS

Tatiane Alves Leiria¹
Sandra Maria Cezar Leal²
Daiane Trentin³
Mara Ambrosina de Oliveira Vargas⁴
Micheli Leal Ferreira⁵
Caroline Porcelis Vargas⁶

Doi: 10.5902/2179769227498

RESUMO: Objetivos: caracterizar as mulheres abrigadas na Casa Lilás no período de fevereiro de 2009 a junho de 2016, em Porto Alegre – RS; identificar os serviços que as encaminham e se a instituição abriga mulheres em situação de violência. **Método:** estudo descritivo, documental, de abordagem quantitativa realizada em julho 2016, nos registros das mulheres abrigadas na Casa Lilás. Análise realizada por meio da estatística descritiva. **Resultados:** 146 mulheres foram abrigadas por, no mínimo, três dias. A maioria entre 18 e 39 anos de idade, brancas, solteiras, com até quatro filhos, ensino fundamental incompleto, desempregadas e encaminhadas à Casa Lilás por Centros de Referência de Assistência Social (52,7%) e Ministério Público (29,5%). A situação de violência representou 32%. Violências física e psicológica foram as mais relatadas. **Conclusões:** os resultados deste estudo contribuem para visibilizar a gravidade da problemática das mulheres que vivem em situação de vulnerabilidade social e violência.

Descritores: Violência contra a mulher; Vulnerabilidade social; Abrigo; Saúde da mulher.

ABSTRACT: Aim: to characterize the women housed in the Lilas House from February 2009 to June 2016 in Porto Alegre – RS; to identify the services that guide them and if the institution shelters women in situations of violence. Porto Alegre - RS. **Method:** a descriptive, documentary, quantitative study conducted in July 2016, from the records of women housed in Lilas House. The analysis was performed using descriptive statistics. **Results:** 146 women were housed for at least three days. The majority of those women had the following characteristics: they were aged between 18 and 39 years old, white, single, with up to four children, incomplete elementary school, unemployed and sent to the Lilás House by Reference Centers of Social Assistance (52.7%) and Public Prosecutor (29.5%). The situation of

¹ Enfermeira. Especialista em Urgência e Emergência. Hospital Universitário de Canoas. Canoas, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: tathy.al@hotmail.com

² Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: sandral@unisinos.br

³ Enfermeira. Doutoranda em Enfermagem. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: daitrentin@yahoo.com.br

⁴ Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: ambrosina.mara@ufsc.br

⁵ Enfermeira. Doutoranda em Enfermagem. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: micheli_leal@yahoo.com.br

⁶ Enfermeira. Mestranda em Enfermagem. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: k2vargas@gmail.com



violence represented 32%. Physical and psychological violence were the most reported by the women. **Conclusions:** the results of this study contribute to the visibility of the seriousness of the problem of women living in situations of social vulnerability and violence.

Descriptors: Violence against women; Social vulnerability; Shelter; Women's health.

RESUMEN: Objetivos: caracterizar las mujeres albergadas en la Casa Lilás en el período de febrero de 2009 a junio de 2016, en Porto Alegre – RS; identificar los servicios que las encaminan y si la institución alberga mujeres en situación de violencia. **Método:** estudio descriptivo, documental, de naturaleza cuantitativa, realizado en julio de 2016, en los registros de las mujeres albergadas en la Casa Lilás. Análisis realizado por medio de la estadística descriptiva. **Resultados:** 146 mujeres fueron albergadas por no mínimo tres días. La mayoría entre 18 y 39 años de edad, blancas, solteras, con hasta cuatro hijos, enseñanza fundamental incompleta, desempleada y encaminada a la Casa Lilás por Centros de Referencia de Asistencia Social (52,7%) y Ministerio Público (29,5%). La situación de violencia representó 32%. Las violencias físicas y psicológicas fueron las más relatadas. **Conclusiones:** los resultados de este estudio contribuyen para tornar visible la gravedad de la problemática de las mujeres que viven en situación de vulnerabilidad social y violencia.

Descriptoros: Violencia contra la mujer; Vulnerabilidad social; Abrigo; Salud de la mujer.

INTRODUÇÃO

A atenção diferenciada acerca da saúde das mulheres no mundo se justifica por questões como discriminação e desigualdade de gênero na educação e por aspectos relacionados à renda e ao de emprego, os quais têm forte impacto na saúde das mulheres.

Além disso, estes fatores favorecem o risco de vulnerabilidade social e a exposição aos diversos tipos de risco, tais como a violência.¹

Neste sentido, a vulnerabilidade social está relacionada às consequências de qualquer ação de exclusão, discriminação ou enfraquecimento de indivíduos ou grupos, gerado por fatores como a pobreza, condições econômicas precárias, baixo nível educacional, entre outros.² Assim, no contexto da violência, o principal risco ao qual essas mulheres estão expostas, é o risco de morte.³⁻⁴

No Mapa da Violência, sobre homicídios de mulheres publicado em 2015, consta que em 2013 foram registrados 4.762 homicídios de mulheres, no Sistema de Informação sobre Mortalidade. Destes, 50,3% foram perpetrados por um familiar, sendo que 1.583 (33,2%) mulheres foram assassinadas pelo parceiro ou ex-parceiro.⁴

A Violência Contra a Mulher atinge mulheres no mundo inteiro, não tendo distinção quanto à classe social, idade, nível de escolaridade, raça ou religião. É perpetrada principalmente pelo parceiro íntimo e, na grande maioria das vezes, envolve fatores culturais,

hierárquicos ou machistas. Além disso, as situações que envolvem a violência tendem a progredir para formas mais abusivas, iniciando pela violência psicológica, moral ou emocional, até a agressão física e violência sexual.⁵

No Brasil, com a criação da Secretaria de Política para as Mulheres (SPM), o tema tem sido tratado como problema sociocultural e de saúde pública, pois é gerador de sérias implicações à saúde da mulher e da sociedade.⁶ Desde 2003, ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres foram elaboradas, reformuladas e implementadas. Medidas de prevenção, atendimento especializado, proteção e promoção à qualidade de vida e autonomia da mulher foram sendo adotadas e incorporadas, entre elas a ampliação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) e a criação de casas-abrigo para mulheres em situação de vulnerabilidade.⁶

No Rio Grande do Sul (RS), foi criado oficialmente em 2013, o Observatório da Violência Contra a Mulher para o monitoramento estatístico das situações de violência contra as mulheres. Este observatório, de janeiro a setembro de 2017, totalizou cerca de 46.170 registros de violência contra a mulher no estado do RS.⁷ Neste contexto, insere-se a Casa Lilás, uma casa-abrigo, que tem por objetivo o abrigamento provisório de mulheres em situação de risco ou vulnerabilidade social grave, e de seus filhos, se necessário. Dessa forma, o abrigamento é conceituado como um conjunto de serviços, programas e benefícios destinados a acolher de forma segura e provisória estas mulheres.³

Justificamos este estudo, dada a relevância de identificar as características das mulheres abrigadas na Casa Lilás, a fim de subsidiar a oferta do serviço adequado às suas necessidades. Diante do exposto, as questões de pesquisa deste estudo foram assim constituídas: quem são as mulheres abrigadas na casa lilás, em Porto Alegre/RS? Como acessam o abrigo? Por quem e como são encaminhadas? Estão em situação de violência?" Quais as características das mulheres abrigadas na Casa Lilás e as circunstâncias do abrigamento em Porto Alegre - RS? E os objetivos são: caracterizar as mulheres abrigadas na Casa Lilás e as circunstâncias do abrigamento, no período de fevereiro de 2009 a junho de 2016 em Porto Alegre – RS, identificar serviços que encaminham as mulheres para a casa-abrigo e se abrigam mulheres em situação de violência.



MÉTODO

Trata-se de um estudo descritivo, documental, realizado na Casa Lilás situada em Porto Alegre/RS, uma casa abrigo vinculada à Rede Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres, administrada pela Associação Cultural e Beneficente Ilê Mulher e regulamentada pela Fundação de Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre (FASC). Foi criada em 2008, dando início aos acolhimentos nos primeiros meses de 2009, sendo que o principal objetivo é acolher mulheres e seus filhos (as) em situação de vulnerabilidade social e/ou risco grave de violência ou morte.

Foram incluídas as mulheres que permaneceram na casa por um período de, no mínimo, três dias, totalizando uma amostra de 146 mulheres. A coleta de dados foi realizada em julho de 2016, nos prontuários das mulheres abrigadas na Casa Lilás.

Utilizou-se formulário estruturado com as variáveis: faixa etária, raça, estado civil, número de filhos, escolaridade, ocupação, motivo do atendimento, serviço que encaminhou a mulher à Casa Lilás, atendimentos disponibilizados, tempo de permanência, motivo do desligamento, tipos de violência sofrida e agressor. As informações foram digitadas em planilha do *Microsoft Office Excel® 2010* e transferidas ao *software Epi Info™ 7.1.5.0* e analisadas por meio da estatística descritiva, a partir da distribuição de frequências absoluta e relativa.

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética e pesquisa da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, com parecer nº 1.366.915 CAEE: 51454615.7.0000.5344, em 14 de dezembro de 2015.

RESULTADOS

No período de fevereiro de 2009 a junho de 2016, 146 mulheres foram abrigadas na Casa Lilás por, no mínimo, três dias. Dessas, 73 estavam em situação de vulnerabilidade social e 47 em situação de violência. As mulheres eram consideradas em situação vulnerabilidade social, quando por algum motivo (não relacionado à violência de gênero) perdiam a moradia e estavam em situação de rua com filhos pequenos. O envolvimento de familiar com o tráfico, também era um dos motivos, pois algumas haviam sido expulsas de suas casas, por residirem em território de conflito devido o tráfico de drogas.

A Tabela 1 descreve a distribuição das mulheres abrigadas na Casa Lilás, quanto à faixa etária, raça, estado civil e número de filhos.

Tabela 1 – Distribuição das mulheres abrigadas na Casa Lilás, quanto à faixa etária, raça, estado civil e número de filhos, Porto Alegre/RS.

Variáveis	F	%
Faixa Etária		
Menor de 18 anos	1	0,7%
De 18 a 29 anos	75	51,4%
De 30 a 39 anos	48	32,9%
De 40 a 49 anos	18	12,3%
Mais de 50 anos	4	2,7%
Total	146	100,0%
Raça		
Branca	69	47,3%
Negra	52	35,6%
Parda	19	13,0%
Não Informada	5	3,4%
Indígena	1	0,7%
Total	146	100,0%
Estado Civil¹		
Solteira	129	88,4%
Não Informada	8	5,5%
União Estável	3	2,1%
Viúva	3	2,1%
Divorciada	2	1,4%
Separada	1	0,7%
Total	146	100,0%
Número de Filhos		
Nenhum	2	1,4%
De 1 a 2 filhos	72	49,3%
De 3 a 4 filhos	50	34,2%
De 5 a 6 filhos	17	11,6%
Mais de 7 filhos	5	3,4%
Total	146	100,0%

¹Classificação conforme formulário do serviço

Fonte: Elaborada pela autora

A maioria das mulheres abrigadas eram brancas (47,3%), estavam na faixa etária de 18 a 29 anos (51,4%) e de 30 a 39 anos 32,9%. Nos cadastros de identificação, havia a informação de que 88,4% eram solteiras. Entretanto, em vários prontuários havia a informação de que tinham algum tipo de relação conjugal ou afetiva, rompida ou não. Assim,

para a caracterização das mulheres deste estudo quanto ao estado civil, optou-se por utilizar a classificação da ficha cadastral da Casa Lilás.

Além disso, na pesquisa dos prontuários, foi possível identificar que a maioria estava acompanhada dos filhos menores. Algumas haviam perdido a guarda ou os filhos estavam sob os cuidados de outros, que nem sempre eram familiares. Também foram identificados quatro casos de mulheres abrigadas acompanhadas de crianças que eram netos, enteados ou que estavam sob sua guarda.

A Tabela 2 descreve a distribuição das mulheres quanto à escolaridade, à ocupação e o motivo do abrigo na Casa Lilás.

Tabela 2 – Distribuição das mulheres atendidas na Casa Lilás, quanto à escolaridade, ocupação e motivo do abrigo, Porto Alegre/RS.

Variáveis	F	%
Escolaridade		
Ensino Fundamental Incompleto	72	49,3%
Ensino Fundamental Completo	20	13,7%
Não Informado	18	12,3%
Ensino Médio Incompleto	14	9,6%
Ensino Médio Completo	11	7,5%
Não alfabetizado	11	7,5%
Total	146	100,0%
Ocupação		
Desempregada	80	54,8%
Informal/Autônoma	26	17,8%
Do Lar/Sem Remuneração	16	11,0%
Comércio	12	8,2%
Não Informada	8	5,5%
Aposentada	3	2,1%
Empregada Doméstica	1	0,7%
Total	146	100,0%
Motivo do atendimento¹		
Vulnerabilidade e Risco Social	73	50,0%
Violência Contra a Mulher	47	32,2%
Violência Comunitária	14	9,6%
Acolhimento Temporário	8	5,5%
Violência Contra a Criança	4	2,7%
Total	146	100,0%

¹Quanto ao motivo do atendimento, seguiu-se o registro padrão adotado pela Casa Lilás.

Fonte: Elaborada pela autora

Identificou-se que 49,3% não haviam completado o Ensino Fundamental e 65,8% não tinham renda própria, pois estavam desempregadas ou exerciam atividades não remuneradas.

Quanto aos motivos do abrigo na Casa Lilás, a maioria estava relacionada à vulnerabilidade e risco social (50%) envolvendo, principalmente, mulheres em situação de rua com crianças pequenas, histórico de vulnerabilidade intelectual e vínculo familiar rompido ou fragilizado. As mulheres em situação de violência representaram o percentual de 32,2%, cuja caracterização é objeto deste estudo e será apresentada na Tabela 4.

Na pesquisa dos prontuários identificou-se que, os atendimentos realizados pela equipe de profissionais da Casa Lilás estavam relacionados, principalmente, com algum tipo de encaminhamento ou apoio social às mulheres abrigadas e às crianças com elas acolhidas. Dentre as articulações com a rede de educação, destaca-se o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que promove espaço de convívio familiar e de contra turno para crianças e adolescentes.

A Tabela 3 descreve a distribuição dos serviços que encaminharam as mulheres à Casa Lilás e o motivo do desligamento do abrigo.

Tabela 3 – Distribuição das mulheres abrigadas na Casa Lilás, quanto ao serviço que a encaminhou e o motivo do desligamento, Porto Alegre/RS.

Variáveis	F	%
Serviço que encaminhou		
Centro de Referência de Assistência Social/Centro de Referência Especializado de Assistência Social	77	52,7%
Ministério Público	43	29,5%
Organização Não Governamental	14	9,6%
Rede de Saúde	6	4,1%
Casa de Apoio Viva Maria	3	2,1%
Não Informado	3	2,1%
Total	146	100,0%
Motivo do Desligamento		
Reorganização sociofamiliar	56	38,4%
Solicitou desligamento	32	21,9%
Evasão	28	19,2%
Transferência	16	11,0%
Desligada por não cumprir regras	12	8,2%
Não informado	1	0,7%
Óbito	1	0,7%
Total	146	100,0%

A maioria das mulheres abrigadas na Casa Lilás, foram encaminhadas pelo CRAS/CREAS (52,7%) e pelo Ministério Público (29,5%). Sendo que o principal motivo do desligamento foi a reorganização sociofamiliar (38,4%).

A Tabela 4 descreve a caracterização das mulheres em situação de violência, abrigadas na Casa Lilás, quanto ao tipo de violência sofrida e o agressor.

Tabela 4 – Distribuição das mulheres em situação de violência abrigadas na Casa Lilás, quanto ao tipo de violência sofrida e o agressor, Porto Alegre/RS.

Variáveis	F	%
Tipo de violência sofrida*		
Física	43	91,5%
Psicológica	41	87,2%
Ameaça a Vida	20	34,0%
Patrimonial	16	8,5%
Cárcere	4	4,3%
Moral	2	4,3%
Sexual	2	4,3%
Agressor		
Companheiro	34	72,3%
Ex-companheiro	9	19,1%
Irmãos	1	2,1%
Pai	1	2,1%
Padrasto	1	2,1%
Outros	1	2,1%
Total	47	100,0%

*Algumas mulheres sofreram mais de um tipo de violência.

Dentre as mulheres abrigadas na Casa Lilás, 47 estavam em situação de violência. Sendo que a maioria informou ter sofrido mais de um tipo de violência, justificando a soma dos dados ultrapassarem o percentual de 100% na Tabela 4. A violência física e a verbal foram as mais frequentes e os companheiros/ex-companheiros foram os principais agressores.

Os dados dos prontuários também revelaram que o tempo de permanência na casa variou de três dias até dois anos. O tempo médio foi de 87 dias e, 30,8% ficaram abrigadas de 3 a 15 dias; 21,2% mais de 121 dias e 19,9% entre 61 e 120 dias.

DISCUSSÃO

A maioria das mulheres abrigadas na Casa Lilás no período do estudo se encontrava na faixa etária entre 18 e 39 anos, representando 84,3% dos casos, corroborando com os dados de outras pesquisas realizadas em centros de referência para abrigamento de mulheres em situação de violência, no Rio Grande do Sul.⁸⁻⁹ Estudos em outras regiões brasileiras também identificaram maior percentual de violência contra a mulher na referida faixa etária.¹⁰⁻¹¹

Quanto à raça/cor, 47,3% das mulheres participantes desta pesquisa autodeclararam-se brancas, 35,6% negras e 13% pardas. Estudos semelhantes, em casas abrigo na região metropolitana de Porto Alegre, corroboram com os dados encontrados.⁸ Já, outro estudo em cidade próxima, apresenta dados encontrados em que 78,6% das mulheres se declararam brancas e 20,8 % destas, se autodeclararam afrodescendentes ou pardas.⁹ Neste caso, a diferença pode ter se dado pelas características étnicas da região em estudo, que sofreu a influência da colonização alemã. Estudos realizados em outros cenários brasileiros trazem que a maioria das mulheres se autodeclararam negras ou pardas.¹⁰⁻¹¹

Corroborando, em parte com estudo realizado em uma unidade de proteção especial de mulheres vítimas de violência no Estado do Ceará, cujo resultados constataram que 73% se declararam solteiras e 26,4% casadas e que a maioria das mulheres tinha entre 1 e 5 filhos.¹²

Quanto ao estado civil, na maioria dos cadastros das mulheres atendidas na Casa Lilás, havia o registro de que eram solteiras. Entretanto, na pesquisa dos prontuários, identificou-se que muitas estavam vivendo com companheiro, no momento que buscaram a casa abrigo. Em um estudo realizado no Rio de Janeiro, com mulheres que decidiram romper o ciclo de violência, percebeu-se o resgate da autoestima e a recusa de prossecução da violência como fatores de busca por apoio.¹³

Quanto à escolaridade, 49,3% das mulheres abrigadas na Casa Lilás, tinham o Ensino Fundamental Incompleto e 7,5% eram analfabetas. Neste sentido, a pesquisa Data Senado 2017 revela resultados parecidos, sendo que, das mulheres que afirmaram terem sido agredidas, a maioria (33%) tinha até o Ensino Fundamental Completo.¹⁴ Em outros estudos semelhantes, os resultados corroboraram acerca da baixa escolaridade.⁸⁻⁹

No que se refere ao papel das casas abrigo e aos fatores que levam as mulheres a buscarem este tipo de ajuda, enfatiza-se o acolhimento integral, incluindo segurança, suporte social, reinserção social e educação.¹⁵ No Canadá, estudo realizado em um abrigo rural de mulheres que sofreram

violência pelo parceiro, destaca a adaptação desses locais para atender as novas necessidades da mulher. A análise dos achados, revela que o serviço prestado pelo abrigo está implementando estratégias para abranger a educação, no enfrentamento da violência contra a mulher.¹⁶

Outra face do estudo sinaliza que a maioria das mulheres estava desempregada (54,8%) ou exercia atividade doméstica não remunerada (11%). Estudo semelhante, em casa abrigo para mulheres em situação de violência, identificou que 27,1% das mulheres acolhidas estavam desempregadas ou exerciam atividade não remunerada e a maioria (29,3%) das mulheres trabalhava na indústria.⁸ A diferença pode ser explicada pela característica econômica da região do estudo citado pertencer ao setor industrial calçadista. Estudos realizados em outros cenários brasileiros corroboram com os dados encontrados, e também apontam que a dependência financeira é um dos fatores que interfere na ruptura da violência.¹⁰⁻¹²

No que diz respeito ao motivo do abrigamento na Casa Lilás, 50% das mulheres foram atendidas por vulnerabilidade social e 32,2% por violência. Considerando que existe uma forte relação entre vulnerabilidade social e violência, cabe mencionar que questões que envolvem gênero são desvantajosas às mulheres em situação de violência, pois estas ainda carregam uma herança cultural e social de subordinação e inferioridade em relação ao homem.²

Quanto aos encaminhamentos das mulheres para a Casa Lilás, a maioria (52,75%) foi realizado diretamente pelo Centro de Referência de Assistência Social ou por serviços do Centro de Referência Especializado de Assistência Social, como por exemplo, o Ação Rua, os Centros Pop e seus conveniados. Estes são serviços especializados em abordagem social para pessoas e/ou grupos que se encontram em situação de violação de direitos e risco social.¹⁷

Os achados do presente estudo diferem de outros dados analisados em que os amigos e familiares foram os principais agentes do encaminhamento das mulheres aos respectivos centros de referência de atendimento às mulheres em situação de violência. Estudo realizado numa cidade de fronteira do RS apresenta que em 79,42% dos atendimentos às mulheres em situação de violência, em um serviço de urgência e emergência, não constava a informação sobre o serviço que realizou o encaminhamento. Aspecto que dificulta o monitoramento acerca das diferentes áreas da rede de atenção ou atendimento à mulher em situação de violência.¹⁸

Ressalta-se que, nesse contexto, os encaminhamentos de mulheres aos centros de referências e casas abrigo pelos serviços de saúde, ainda estão relacionados às situações graves que envolvem risco de morte. Sinaliza-se que, apesar dos casos visibilizados pelo

comprometimento físico, há outras situações de violência que ficam ocultas, por conta de estar relacionado a consequências emocionais, assim podendo inferir que o número de mulheres que vivem em situações de violências é maior.^{9,12,19}

Os profissionais de saúde ainda encontram muitos desafios para identificar e atender mulheres em situação de violência. Assim, confundem o papel dos serviços de saúde diante dessa temática, quando o profissional deve transcender o plano curativo, e ser mediador dos direitos da mulher, promovendo a prevenção e o enfrentamento da violência.¹³

Referente ao tempo de permanência, o tempo médio de abrigamento foi de 87 dias, sendo que 58,9% ficaram até 60 dias e os demais acima deste. A reorganização sociofamiliar foi o principal motivo de desligamento, seguida pelo desligamento voluntário. Cabe ressaltar que o serviço em estudo, busca promover a autonomia da mulher abrigada, contribuindo para a reinserção social. Conforme as Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e Violência, os objetivos da Casa-abrigo são “garantir a integridade física e emocional das mulheres, auxiliar no processo de reorganização da vida das mulheres e no resgate de sua autoestima”.^{3:21}

Em 38,4% dos abrigamentos, o desligamento se deu por reorganização sociofamiliar da mulher, sendo que das 47 mulheres atendidas por violência, 31,9% foi desligada por ter cumprido o plano de reorganização. Salienta-se que, 21,9% das mulheres solicitou desligamento antes de cumprir o plano de intervenção previsto e 19,2% evadiu do serviço sem solicitar desligamento ou dar retorno. Na pesquisa dos prontuários, observou-se que muitas das mulheres que solicitavam desligamento, retornavam para o convívio com o agressor. Tais dados corroboram com a pesquisa Data Senado 2017, em que 27% das mulheres que afirmaram terem sido vítimas de violência doméstica, ainda conviviam com seu agressor.¹⁴

É importante salientar também que o abrigamento na Casa Lilás é uma forma de proteção e não de privação de liberdade, tendo as mulheres a livre escolha de ir embora a qualquer momento do atendimento, sem prejudicar o vínculo com outros serviços da Rede de Assistência Social. Neste sentido, a promoção por reestabelecimento de vínculos familiares rompidos, a inserção no mercado de trabalho e direcionamento para a obtenção de benefícios sociais são atendimentos importantes no desfecho para o cumprimento do plano terapêutico, juntamente com a busca por autonomia nas questões sociais, de saúde e educação.²⁰

Identificou-se que, na Casa Lilás, as mulheres em situação de violência, representaram 32,2%. A maioria referiu mais de um tipo de violência e a física foi a mais frequente (91,5%), seguida da psicológica (87,2%) e ameaça à vida (42,6%). Estudo realizado, na mesma cidade, demonstrou que a violência psicológica foi a mais frequente (82,5%), seguida pela física (61,9%) e pela patrimonial (40,9%).¹² Achados similares foram encontrados em outras regiões brasileiras, sendo a violência psicológica e moral as mais sinalizadas e o parceiro íntimo o principal agressor.^{8,10}

Entretanto, em outros estudos, a violência física foi a mais incidente e este fato que pode ser explicado pela coleta ter sido realizada em serviços de urgência e emergência.¹⁷⁻¹⁸ Em âmbito internacional, um estudo sobre a prevalência de violência doméstica em mulheres grávidas, identificou que 18,6% das mulheres participantes da pesquisa sofreram violência, sendo que a violência física foi a mais frequente, seguida da psicológica.²¹

Referente à percepção das mulheres sobre a casa abrigo, estudo realizado com mulheres em situação de violência apontou que a casa abrigo é considerada, para muitas destas mulheres, um espaço de segurança e proteção onde o convívio com outras mulheres na mesma situação as faz refletir acerca de suas vivências e desenvolver estratégias de enfrentamento, empoderamento e busca por autoestima.¹⁴

CONCLUSÃO

Neste estudo, identificou-se que a maioria das mulheres atendidas na Casa Lilás, em Porto Alegre/RS, eram brancas e na faixa etária entre 18 e 39 anos. Tinham até quatro filhos, possuíam ensino fundamental incompleto, estavam desempregadas ou não tinham renda e declaravam-se solteiras. Os serviços da rede de Assistência Social de Porto Alegre foram os principais responsáveis pelo encaminhamento das mulheres a casa abrigo e o tempo médio de permanência foi de 87 dias.

O companheiro foi identificado como o principal agressor, sendo a violência física a mais registrada. Destaca-se o importante trabalho dos profissionais da casa abrigo, na promoção da autonomia das mulheres, bem como no apoio para o resgate da reinserção social e para a articulação da rede de atendimento à mulher em situação de violência.

Os limites deste estudo estão relacionados, principalmente, ao tipo de estudo e a impossibilidade de descrição mais detalhada acerca dos atendimentos cujos motivos envolviam a vulnerabilidade, pois os registros eram escassos.



Considera-se que os resultados desta pesquisa contribuem para visibilizar a gravidade do problema acerca das mulheres em situação de violência. Mesmo não sendo referência exclusiva para os abrigamentos, a Casa Lilás representa importante espaço de proteção, indicando a necessidade de mais investimentos públicos para o acolhimento de mulheres em situação de violência. Neste sentido, outras pesquisas mais aprofundadas podem ser desenvolvidas para detalhar situações de vulnerabilidade da mulher e a relação com situações de violência, correlacionando causas e consequências.

REFERÊNCIAS

1. World Health Organization (WHO). Global status report on violence prevention 2014. Geneva: WHO; 2014.
2. França AMB, Silva JMO. Mulheres em situação de vulnerabilidade: um olhar à luz da fenomenologia social. Rev Enferm UFPE [Internet]. 2016 [acesso em 2016 nov 16];10(2):875-9. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/viewFile/11031/12423>.
3. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Secretaria Nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres. Diretrizes Nacionais para o abrigamento de mulheres em situação de risco e de violência. Brasília; 2011.
4. Waiselfisz JJ. Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil. FLACSO: Brasília; 2015 [acesso em 2016 nov 16]. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf.
5. Osis MJD, Duarte GA, Faúndes A. Violência entre usuárias de unidades de saúde: prevalência, perspectiva e conduta de gestores e profissionais. Rev Saúde Pública [Internet]. 2012 [acesso em 2016 nov 15];46(2):351-8. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v46n2/3137.pdf>.
6. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Secretaria Nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres. Política Nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres. Brasília; 2011.
7. Rio Grande do Sul. Secretaria de Segurança Pública. Observatório da Violência Contra a Mulher. Serviços e Informações. Estatísticas. Indicadores da Violência Contra a Mulher. Porto Alegre; 2017 [acesso em 2017 ago 12]. <http://www.ssp.rs.gov.br/indicadores-da-violencia-contra-a-mulher>.
8. Oliveira LAS, Leal SMC. Mulheres em situação de violência que buscaram apoio no Centro de Referência GenyLehnen/RS. Enferm Foco [Internet]. 2016 [acesso em 2017 jan 10];7(2):78-82. Disponível em: <http://revista.portalcofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/800/325>.
9. Trevisan SB, Leal SMC, Fensterseifer LM. Caracterização das mulheres em situação de violência atendidas no Centro Jacobina. Rev Enferm UFPE [Internet]. 2015 [acesso em 2016



- nov6];9(9):9197-206. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/download/10718/11805>.
10. Barros EM, Silva MA, Falbo Neto GH, Lucena SG, Ponzio L, Pimentel AP. Prevalência e fatores associados à violência por parceiro íntimo em mulheres de uma comunidade em Recife/Pernambuco, Brasil. *Ciênc Saúde Colet* [Internet]. 2016 [acesso em 2017 jan 10];21(2):591-8. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n2/1413-8123-csc-21-02-0591.pdf>.
11. Costa MS, Serafim MLN, Nascimento ARS. Violência contra a mulher: descrição das denúncias em um Centro de Referência de Atendimento à Mulher de Cajazeiros, Paraíba, 2010 a 2012. *Epidemiol Serv Saúde* [Internet]. 2015 [acesso em 2016 nov 4]; 24(3):551-8. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ress/v24n3/2237-9622-ress-24-03-00551.pdf>.
12. Ferreira RM, Vasconcelos TB, Moreira Filho RE, Macena RHM. Características de saúde de mulheres em situação de violência doméstica abrigadas em uma unidade de proteção estadual. *Ciência & Saúde Colet* [Internet]. 2016 [acesso em 2017 nov 1]; 21(12):3937-46. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n12/1413-8123-csc-21-12-3937.pdf>.
13. Netto LA, Moura MAV, Fernandes e Silva G, Penna LHG, Pereira ALF. Mulheres em situação de violência pelo parceiro íntimo: tomada de decisão por apoio institucional especializado. *Rev Gaúcha Enferm* [Internet]. 2015 [acesso em 2016 nov 8];61(Esp.): 135-42. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rgenf/v36nspe/0102-6933-rgenf-36-spe-0135.pdf>.
14. Brasil. Senado Federal. Data Senado. Violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília (DF); 2017.
15. Krenkel S, Moré CLOO. O acolhimento dos profissionais que atuam em casa abrigo na perspectiva de mulheres que sofreram violência. *Psico* [Internet]. 2015 [acesso em 2016 nov4];46(2):254-64. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/17616/13353>.
16. Mantler T, Wolfe B. A rural shelter in Ontario adapting to address the changing needs of women who have experienced intimate partner violence: a qualitative case stud. *Rural Remote Health* [Internet]. 2017 [acesso em 2017 abr5];17:3987. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/28298129>.
17. Prefeitura de Porto Alegre. Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC). Atensão POP Rua. Porto Alegre; 2016 [acesso em 2016 nov 14]. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cs/usu_doc/apresentacao_atencao_pop_rua.pdf.
18. Poll MA, Weiller TH, Mayer BLD, Borges TAP, Silva KF, BaumgardD. Caracterização das mulheres agredidas em uma zona urbana localizada em uma região de fronteira. *Rev Enferm UFSM* [Internet]. 2013 [acesso em 2016 nov14];3(Esp.):658-67. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/11042/pdf>.
19. Garcia LP, Duarte EC, Freitas LRS, Silva GDM. Violência doméstica e familiar contra a mulher: estudo de casos e controles com vítimas atendidas em serviços de urgência e emergência. *Cad Saúde Pública* [Internet]. 2016 [acesso em 2016 nov 14];32 (4):e00011415. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v32n4/1678-4464-csp-32-04-e00011415.pdf>.



20. Vieira LB, Souza IEO, Tocantins FR, Pina-Roche F. Apoio à mulher que denuncia o vivido da violência a partir de sua rede social. Rev Latinoam Enferm [Internet]. 2015 [acesso em 2016 nov 15];23(5):865-73. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rlae/article/viewFile/106146/104801>.

21. Cervantes-Sánchez P, Delgado-Quiñones EG, Nuño-Donlucas MO, Sahagún-Cuevas MN, Hernández-Calderón J, Ramírez-Ramos JK. Prevalence of domestic violence in pregnant women from 20 to 35 years in a family medicine unit. Rev Med Inst Mex Seguro Soc [Internet]. 2016 [acesso em 2017 abr 10];54(3):286-91. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/27100972>.

Data de submissão: 02/06/2017

Data de aceite: 28/11/2017

Autor correspondente: Tatiane Alves Leiria

Endereço: Av. Capivari 597/201. Bairro Cristal, Porto Alegre/RS

CEP: 90810-070

Email: tathy.al@hotmail.com